

APRESENTAÇÃO TN 31¹

TRABALHO E EDUCAÇÃO: INVESTIGAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS – A EMERGÊNCIA DE UM NOVO

Neste número temático da *Revista TrabalhoNecessário*, com o título **Trabalho e Educação em Comunidades Tradicionais**, encontra-se um conjunto de trabalhos que focam processos formativos do ser social trabalhador no interior de comunidades tradicionais, a partir da relação trabalho e educação, partindo-se do pressuposto de que pelo e no trabalho homens e mulheres se formam e constroem objetividades e subjetividades voltados para a sua humanização, contrariando racionalidades que tendem a promover a sua objetualização.

São estudos que possibilitam entender as relações históricas construídas por homens e mulheres em diferentes dimensões da vida humana – quer políticas, sociais, econômicas, culturais ou de construções de técnicas de trabalho – para dar conta de suas necessidades de existência, e como estes sujeitos vão se constituindo enquanto sujeitos coletivos, enquanto classe social. Pode-se dizer, a partir de uma perspectiva thompsoniana, que estes estudos são reveladores dos processos históricos que constituem frações específicas da classe trabalhadora, tomando essa última como “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 9), ocorrendo efetivamente, no dizer de Thompson², a partir das relações humanas.

Nos artigos da TN 31, o trabalho, na sua interação com a educação, é tomado em meio a relações sociais que se estabelecem com a realização de formas tradicionais de produção material, não necessariamente ultrapassadas do ponto de vista econômico ou cultural, que sobrevivem, resistindo e/ou aderindo às novas formas de organização e de gestão dos processos de produção de bens materiais e serviços marcados pela acumulação flexível, convivendo conflituosamente, na maioria das

¹ DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.16i31.p27369>

² THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

vezes, com as modernas tecnologias físicas e de processos, e conferindo identidades coletivas aos diferentes sujeitos que nelas interagem.

E são essas relações no interior de comunidades tradicionais – como quilombolas, indígenas, pescadoras e coletoras – que são apresentadas nos artigos que compõem a **seção artigos do número temático**, expondo o que homens e mulheres produzem no contexto de uma sociedade de classes, em termos de experiências de trabalho, organização, formação, construção de identidades e práticas de escolarização, considerando as metamorfoses do mundo do trabalho, mas também as especificidades de suas construções históricas.

A concretude das práticas produtivas e educativas ainda é uma temática marginal na produção da área de Trabalho e Educação, no Brasil, o que indica a sua relevância, e que se apresenta como um campo de possibilidades de novas pesquisas, novos aportes teóricos e novas abordagens para o estudo do trabalho na sua relação com a educação. A *Revista TrabalhoNecessário*, ao promover, portanto, uma renovação temática da área, contribui para uma certa renovação desta sem, contudo, abandonar a sua perspectiva marxista.

Com base em Thompson (1987), diríamos que os trabalhos aqui reunidos mostram-nos a classe acontecendo à medida que homens e mulheres, “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10). São experiências que resultam das relações de produção vivenciadas por povos e comunidades tradicionais, construídas a partir de suas materialidades históricas, com racionalidades que podem se opor a outras perspectivas de ordenar o tempo e o espaço das existências humanas.

E, parafraseando Engels³, salvaguardadas as proporções, também diríamos que os trabalhos constituintes desta seção temática apresentam a situação da classe trabalhadora, não a operária, como o fez em “A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra”, mas a que vive do trabalho no interior de comunidades tradicionais, produzindo experiências culturais, “[...] encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais [...]” (THOMPSON, 1987, p. 10), que possibilitam entender mais ainda o aspecto formativo do trabalho humano.

³ ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

E os povos e comunidades tradicionais, a partir do trabalho, produzem cultura, valores, saberes, habilidades, conhecimentos e atitudes, que precisam ser compreendidos em seus contextos históricos, mas numa relação de totalidade com outras experiências de existência humana, no sentido de se compreenderem as singularidades que as tornam distintas, assim como as universalidades que as aproximam e as constituem como classe e que permitem a homens e mulheres buscarem condições que lhes assegurem a própria vida, em oposição ao modo de produção capitalista que promove a barbárie.

As análises aqui produzidas sobre o que e como povos e comunidades tradicionais produzem, no interior de uma sociedade de classes, fornecem, portanto, elementos para se entender a possibilidade de uma outra realidade societária, contrária à da mercadoria, que toma o dinheiro como central em suas relações, como salienta Milton Santos⁴, tomando-se, ao contrário, a precedência do homem “[...] no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações” (SANTOS, 2001, p. 72), sendo “[...] assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo à solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade e vice-versa e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico”. E, no dizer de Santos, “o ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos”, muito tendo a contribuir com essa utopia societária, nesse sentido, o que fazem-pensam povos e comunidades tradicionais em oposição à fetichização da vida.

É como base nessas considerações, portanto, que apresentamos, inicialmente, os 09 trabalhos da **seção artigos do número temático**.

A partir do trabalho de José Efraín Astudillo Banegas e Miguel Angel Galarza Cordero, da Universidade de Cuenca, Equador, com o título *El trabajo comunitario en la práctica del buen vivir: comuna manteña de Agua Blanca – Ecuador*, os leitores terão acesso a uma discussão sobre trabalho comunitário como fundamento do Bem Viver – pautado na reciprocidade, na solidariedade, no cuidado com a natureza e no desenvolvimento da espiritualidade –, a partir de uma comunidade indígena do litoral

⁴ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2001.

de Equador, com destaque para um processo de reintegração/recuperação de valores ancestrais dessa comunidade, favorecendo a implementação de uma alternativa ao desenvolvimento capitalista, porque, como salientam os autores, “El desenvolvimiento de la Comuna está sustentado en valores que defienden lo común, centrado en la defensa de la vida en todos los sentidos [...]”, sendo que “[...] las personas y familias son parte del ecosistema que les rodea”.

Com a leitura do trabalho de Lucília Regina de Souza Machado, intitulado *Inserção sóciocomunitária como alicerce dos processos formativos das escolas profissionais de Moçambique*, os leitores terão contato com a experiência das escolas técnicas de Moçambique, com destaque para a dimensão da inserção sóciocomunitária das Escolas Profissionais desse país, revelando-se o contexto e algumas ideias de referência para a construção daquelas escolas, com ênfase para a ideia de desenvolvimento, mas também participação e valorização dos saberes comunitários, “[...] no âmbito do currículo e dos processos educativos”.

Jane Felipe Beltrão, por outro lado, apresenta o *Ser trabalhador/a entre povos indígenas: o Relatório Figueiredo sobre trabalhos espúrios em tempos ditatoriais*, tratando da realização do trabalho em comunidades indígenas, estabelecendo um interessante diálogo da antropologia com a área de trabalho e educação. Ao abordar as relações de trabalho próprias de comunidades indígenas, identifica as especificidades de suas experiências de trabalho e o impacto da lógica capitalista sobre estas, a partir do que vai revelando a construção identitária das comunidades indígenas. Uma contribuição importante dada pelo artigo é a compreensão do trabalho como atividade social, indissociável das demais atividades das comunidades indígenas. Outro aspecto importante é o registro de imposições de uma “mentalidade empresarial” na gestão do Serviço de Proteção ao Índio – SPI – e a exploração dos indígenas por esta “lógica empresarial”, que previa “um regime disciplinar, (no qual) os/as indígenas poderiam civilizar-se, via trabalho, criando excedentes agrícolas para venda, mesmo em completo desacordo com os valores de sua cultura”.

Raimundo Nonato Gaia Correa, Doriedson do Socorro Rodrigues e Ronaldo Marcos de Lima Araujo trazem à cena o trabalho *Práxis produtiva, metamorfoses no mundo do trabalho e processo de constituição de identidade entre trabalhadores na Amazônia paraense*, discutindo a relação entre *práxis* produtiva e processos de constituição de identidade de pescadores artesanais do município de Cametá, estado

do Pará. Os autores salientam que um processo de gestão coletiva e repartição igualitária de pescado obtido em atividades de pesca, a partir de acordos estabelecidos por comunidades ribeirinhas, e a realização de manejo em atividades produtivas em oposição à simples extração de produtos da região vêm corroborando para a constituição de uma identidade numa perspectiva contra hegemônica às investidas do capital, voltado para “[...] uma lógica de mercantilização da produção [...]”. Para os autores, “[...] o capital ainda não consegue controlar a totalidade dos processos de trabalho dos pescadores”.

Em *Processos educativos em experiências de trabalho em comunidades ribeirinhas da Amazônia*, Maria das Graças da Silva discute a produção de saberes nessas comunidade, decorrentes da relação direta com a natureza, que informam processos educativos em prol de uma concepção epistemológica ampliada de educação, apontando ainda a necessidade do reconhecimento dessas comunidades como sujeitos históricos portadores de conhecimentos, que engendram ações educativas e de aprendizagem, em contextos diferentes da pedagogia escolar.

A leitura de *Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital*, de Ana Elizabeth Santos Alves e Lia Tiriba, os leitores terão acesso, como salientam as autoras, a “[...] evidências de práticas econômicas e culturais que, embora atravessadas por mediações do capital, são calcadas nos valores de solidariedade, reciprocidade e cooperação”, a partir das experiências construídas/vividas por pescadores artesanais do Pantanal mato-grossense, quilombolas de Mato Grosso, ribeirinhos e pescadores artesanais do Pará, bem como pequenos agricultores e trabalhadores associados da Bahia.

Com *A produção associada em comunidades e povos tradicionais em Mato Grosso: pesquisas e reflexões coletivas do GEPE/UFMT*, de Edson Caetano, Anátalia Daiane de Oliveira Ramos e Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo, os leitores terão acesso a uma discussão sobre produção associada, a partir de povos de comunidades tradicionais que, conforme os autores, “[...] questionam os ditames da sociedade capitalista e podem contribuir para a construção de uma sociedade pautada na existência solidária e igualitária entre os seres humanos, bem como, respeito aos demais seres vivos [...]”.

Em *Do contexto histórico à realidade das classes multianuais sediadas em comunidades caiçaras da Ilha Grande*, de Maria Aparecida Alves, os leitores terão acesso a uma análise do contexto educacional de escolas presentes em comunidades caiçaras de Ilha Grande, município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, discutindo-se a necessidade de implementação de políticas públicas para o atendimento das especificidades de classes multianuais que atendem crianças e adolescentes, considerando o trabalho docente realizado e as condições objetivas em que se encontram as escolas.

Márcio Gomes da Silva e Eugênio Alvarenga Ferrari nos brindam com o artigo *Cultura camponesa, educação e agroecologia*. Analisam de que forma elementos da cultura camponesa podem se constituir como mediação de processos educativos voltados para agroecologia. Tratam da constituição do campesinato no Brasil e evidenciam processos formativos promovidos junto a trabalhadores de comunidades rurais na Zona da Mata de Minas Gerais.

Por outro lado, na seção **Artigos de Demanda Contínua**, o leitor poderá apreciar dois interessantes textos. O primeiro intitula-se *O princípio educativo da produção associada: um olhar a partir da organização coletiva dos trabalhadores e da gestão democrática do processo de trabalho*, de autoria de Anderson Roik, Danuta Estrufika Cantóia Luiz e José Henrique de Faria. Acreditando ser necessário que as organizações geridas pelos trabalhadores forjem uma cultura do trabalho calcada na gestão democrática do processo de trabalho, os autores têm como propósito sistematizar a categoria princípio educativo da produção associada, recorrendo ao pensamento de Tiriba quanto à pedagogia da produção associada e cultura do trabalho e ao pensamento de Faria em relação à organização coletivista de produção associada.

O segundo artigo dessa seção é de Neila Pedrotti Drabach e se intitula *A escola unitária em Gramsci e a educação profissional no Brasil*. A autora situa o contexto em que é elaborada a proposta de escola unitária por Antônio Gramsci, tendo como base os “Cadernos do Cárcere”, e toma essa concepção para analisar a educação profissional no Brasil. Em seguida, aborda os principais conceitos do pensamento gramsciano, a fim de situar o papel da escola e a proposta de escola unitária na perspectiva desse teórico, apresentando um panorama das iniciativas públicas federais de educação profissional no Brasil, no contexto contemporâneo, cotejando-

as a partir da concepção de educação do marxista sardo. Para ela, as críticas dirigidas por Gramsci à escola italiana de sua época estão presentes na educação brasileira. Assinala que a construção de uma escola unitária, que contemple formação humanista e formação para o trabalho, constitui-se, ainda, um objetivo a ser alcançado.

A seção **Teses e Dissertações** acompanha o espírito da TN 31, dedicada ao tema “Trabalho e Educação em Comunidades Tradicionais”. Assim, Ana Paula Bistaffa de Monlevade apresenta o resumo expandido de sua Tese de Doutorado, denominada *Comunidade Tradicional Raizama em Jangada/MT: Produzindo a existência associadamente por meio de enxadas, ralos, sucuris e torradeiras*. A tese procurou demonstrar que, na contramão do sistema capitalista de produção – que é alicerçado na divisão social do trabalho que oprime e explora –, existem trabalhadoras e trabalhadores que seguem lutando historicamente contra este sistema, buscando (rememorando) outras formas de produzir a existência, sendo uma delas baseada na organização coletiva do trabalho e da vida, nos princípios de igualdade, solidariedade, autogestão e reciprocidade, no que denominamos produção associada.

Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-Pará é o título da Dissertação de Mestrado de José Carlos Vanzeler Pompeu. O trabalho de campo revelou que a formação identitária do pescador artesanal, na ilha de Tentém, município de Cametá, Estado do Pará, foi se constituindo no palco de disputas entre trabalho e capital. A identidade que se formou a partir das mudanças na produção dos saberes do trabalho da pesca, decorrentes da construção da *Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE)*, corroborou processos de emancipação dos sujeitos pescadores e, ao mesmo tempo, de conformismo e manutenção da lógica do capital.

Por último, na seção **Memória e Documentos**, encontra-se importante contribuição para refletir sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil. Em *A “República dos Guaranis” e os Sete Povos das Missões dos Jesuítas*, Francisco José da Silveira Lobo Neto se dedica a resgatar aspectos da história dos índios guaranis, catequizados pelos padres jesuítas, os quais foram expulsos do Brasil em 1767. Para isto, reproduz e analisa um trecho da carta do Padre Anton Sepp, o relato do missionário Charlevoix e o trecho de uma carta – escrita em guarani - da Municipalidade (Cabildo) de S. Luiz Gonzaga, dirigida ao Marquês de Bucareli (Governador de Buenos Aires), em 28 de fevereiro de 1768. Conta que tanto o Rei de

Espanha quanto o Rei de Portugal mobilizaram seus exércitos para vencer a resistência dos índios e que, no período entre 1753 e 1759, este confronto da união de tropas portuguesas e espanholas contra os guaranis dos Sete Povos, foi denominado “guerra guarani”.

Eis pois, aos leitores, um conjunto de produções ligadas à área de Trabalho e Educação que dão conta do que vem sendo realizado a partir do que homens e mulheres fazem-pensam no interior de comunidades tradicionais, em suas relações de produção, bem como reflexões que tomam a categoria trabalho como crucial para se entender processos formativos que permeiam a materialidade histórica de lutas em prol de projetos societários voltados para a humanização.

Nem todas as análises são marxistas, mas todas dialogam com o marxismo e/ou com algumas de suas categorias teóricas principais, vivificando essa perspectiva por meio do diálogo, contribuindo para o fortalecimento da área de Trabalho e Educação, já que esses estudos nos deixam novas possibilidades de aportes bibliográficos para o estudo do trabalho e da educação (destaca-se, por exemplo, o artigo de Jane Beltrão que ao descrever diferentes aspectos do trabalho indígena, aponta para cada uma delas referências teóricas específicas) e novas abordagens metodológicas (tal como no artigo de Lucília Machado, que faz uma detalhada descrição metodológica do trabalho com grupos focais), fazendo do trabalho tradicional o novo para área. Assim, no dizer de Santos (2001, p. 82), se “[...] autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso”, de modo que a “[...] dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança”.

Belém, 11 de novembro de 2018.

Doriedson do Socorro Rodrigues e Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores do GEPTE/UFPA

Publicado em: 22 de novembro de 2018.